Ministério da Defesa Nacional

Estado-Maior General das Forças Armadas

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

CADERNO DE ENCARGOS

NPD: 2023000719 – SIE - CONTRATO ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EQUIPAMENTOS DRAGER

PROCEDIMENTO: AJUSTE DIRETO

DESPACHO DE APROVAÇÃO:

Aprovo, ao abrigo do Despacho n.º 10926/2022, de 30 de agosto de 2022 de S.Exª o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, publicado no D.R., 2.ª Série n.º 175/2022 de 9 de setembro de 2022, conjugado com os artigos 36.º, 38.º e 40.º do CCP.

O Diretor do Hospital das Forças Armadas,

[redacted]

Francisco Manuel Gamito Ferreira Quaresma Guerreiro
COM MN

ÍNDICE

PARTE I 4
CLAÚSULAS JURÍDICAS 4
Cláusula 1.ª 4
Objeto do contrato 4
Cláusula 2.ª 4
Contrato 4
Cláusula 3.ª 5
Prazo contratual e inicio da prestação de serviços 5
Cláusula 4.ª 6
Obrigações principias do adjudicatário 6
Cláusula 5.ª 8
Outras obrigações do adjudicatário 8
Cláusula 6.ª 10
Responsabilidade do adjudicatário 10
Cláusula 7.ª 11
Níveis de serviço 11
Cláusula 8.ª 12
Inspeção e Testes 12
Cláusula 9.ª 12
Resultado dos testes ou inspeções 12
Cláusula 10.ª 13
Aceitação dos serviços prestados 13
Cláusula 11.ª 13
Garantia na prestação de serviços 13
Cláusula 12.ª 14
Contratos de seguro 14
Cláusula 13.ª 14
Outros encargos 14
Cláusula 14.ª 15
Objeto do dever de sigilo 15
Cláusula 15.ª 15
Prazo do dever de sigilo 15
Cláusula 16.ª 16
Preço Base 16
Cláusula 17.ª 16
Caução 16
Cláusula 18.ª 16
Condições de pagamento 16
Cláusula 19.ª 18
Penalidades contratuais 18
Cláusula 20.ª 19
Força maior 19
Cláusula 21.ª 21
Resolução de contrato por parte do contraente público 21
Cláusula 22.ª 22
Resolução de contrato por parte do adjudicatário 22
Cláusula 23.ª 24
Foro competente 24
Cláusula 24.ª 24
Cessão da posição contratual e subcontratação 24
Cláusula 25.ª 24
Comunicações e notificações 24

Cláusula 26.ª 25
Deveres de colaboração recíproca e informação 25
Cláusula 27.ª 26
Contagem dos prazos 26
Cláusula 28.ª 26
Legislação aplicável 26
PARTE II 27

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

CLAÚSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual por Ajuste Direto, que tem por objeto principal a aquisição de *"CONTRATO ASSISTÊNCIA TÉCNICA A EQUIPAMENTOS DRAGER"*, cujas quantidades e condições técnicas especificas se encontram expressas na parte II do presente caderno de encargos, dele fazendo parte integrante.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. A execução do contrato obedece:
    a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante, bem como dos seus anexos;
    b) Ao Código dos Contratos Públicos (CCP);
    c) À restante legislação e regulamentação aplicável

2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

3. Conforme n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
c) O caderno de encargos integrado pelo programa do procedimento;
d) A proposta adjudicada;
e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, conforme n.º 5 do artigo 96.º do CCP.

5. Conforme n.º 6 do artigo 96.º do CCP, em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual e inicio da prestação de serviços

1. O contrato tem a duração de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) a contar do início da produção dos seus efeitos.

2. O contrato mantém-se em vigor durante o prazo contratual previsto, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, e aceitação dos mesmos pelo contraente público, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

3. No caso de se verificarem atrasos injustificados, imputáveis ao adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

Cláusula 4.ª

Obrigações principias do adjudicatário

1. O Adjudicatário obriga-se a assegurar a realização de todas as atividades inerentes à pontual e rigorosa execução do contrato, sendo para tal responsável pela organização e gestão dos meios necessários à prestação dos serviços abrangidos pelo objeto do Contrato.

2. O Adjudicatário é, perante o contraente público, única e diretamente responsável pelo integral cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato e demais disposições que lhe sejam aplicáveis, não podendo, salvo quando o próprio Contrato assim o estabeleça, opor ao contraente público qualquer contrato ou relação com terceiros para exclusão ou limitação da sua responsabilidade.

3. O Adjudicatário obriga-se a cooperar com ao contraente público na prossecução das atividades de acompanhamento que esta tem a seu cargo, atuando de boa fé e sem reservas de qualquer espécie.

4. No âmbito das relações com os Utentes, o Adjudicatário obriga-se a que os prestadores afetos ao presente contrato, respeitem escrupulosamente a confidencialidade dos dados pessoais e a permitir, nos termos da lei, o acesso e retificação por parte dos Utentes aos seus dados pessoais, devendo ainda dar resposta cabal e personalizada às reclamações dos Utentes, bem como dar conhecimento ao contraente público as queixas, reclamações e sugestões recebidas.

5. Ao longo da execução do Contrato, o Adjudicatário fica obrigada a disponibilizar ao contraente público qualquer informação que esta venha a solicitar sobre o pessoal afetos ao respetivo contrato.

6. O número mínimo de trabalhadores afetos à prestação de serviços disponibilizados pelo Adjudicatário deve corresponder ao mínimo indicado para as necessidades indicadas pelo contraente público, para todas as funções aí previstas.

7. O contraente público pode, a qualquer altura, determinar a substituição dos trabalhadores do adjudicatário que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações.

8. O contraente público pode solicitar ao adjudicatário, sempre que necessário, os dados dos trabalhadores e ainda o número de horas praticado, mediante a exibição da folha de ponto ou outro instrumento de controlo.

9. O adjudicatário obriga-se a respeitar os direitos e regalias laborais legalmente consagradas aos seus trabalhadores, independentemente do regime que lhes seja aplicável, sendo da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as infrações a essa legislação.

10. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário as obrigações relativas aos trabalhadores afetos à execução da prestação de serviços, designadamente encargos para a segurança sociais e seguros obrigatórios de acidentes de trabalho.

11. O adjudicatário deve apresentar um certificado passado por uma companhia de seguros, nos termos da legislação em vigor, garantindo a cobertura dos riscos decorrentes de acidentes de trabalho a todos os trabalhadores ao seu serviço.

12. O adjudicatário deve cumprir com as disposições legais aplicáveis a todos os seus trabalhadores, respondendo plenamente o adjudicatário, perante o contraente público, pela sua observância.

Cláusula 5.ª

Outras obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo das obrigações principais e outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o contraente público, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações:
   a) Efetuar o serviço, com qualidade e garantia dos resultados definidos, de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos e funcionais especificados na proposta adjudicada e no presente caderno de encargos;
   b) Garantir os serviços prestados;
   c) Executar o objeto do caderno de encargos dentro do prazo contratado;
   d) Prestar ao contraente público, de forma correta e fidedigna, em qualquer tempo na pendência da prestação do serviço, as informações e os esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito das cláusulas do caderno de encargos;
   e) Coordenar com o contraente público a definição e execução das normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações do contraente público;
   f) Obter comprovativo de aceitação dos serviços pelo contraente público;
   g) Assumir todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, recaindo sobre si as quantias que o contraente público tenha de pagar, seja a que título for, por ter infringido, no caderno de encargos, quaisquer direitos;

h) Comunicar, antecipadamente, ao contraente público, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
i) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e adjudicação exigidas no procedimento, bem como a situação tributária regular assim como perante a segurança social;
j) Celebrar os contratos de seguro exigidos no presente caderno de encargos;
k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
l) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contraente público, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
m) Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do contraente público;
n) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
o) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
p) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
q) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os

seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

r) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas com a aceitação do caderno de encargos.

2. O adjudicatário, observados que seja o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) tem o dever de entregar ao contraente público os seguintes documentos:
   a) A lista com o nome, idade, morada, função e nacionalidade dos trabalhadores ao seu serviço, acompanhado de cópia do respetivo bilhete de identidade/cartão do cidadão, para permitir o seu acesso e circulação nas instalações do contraente público, no âmbito do exercício das suas funções;
   b) As apólices de seguro obrigatório válidas para cada trabalhador;
   c) O mapa mensal com a identificação dos trabalhadores afetos à escala de serviço definida pelo gestor do contrato;
   d) Os dados dos trabalhadores designados para substituir os trabalhadores elencados na alínea a. em situação de férias, faltas, licenças ou em caso de greve;
   e) O adjudicatário deve, antecipadamente, comunicar ao contraente público qualquer alteração aos dados mencionados nas alíneas anteriores.

Cláusula 6.ª
Responsabilidade do adjudicatário

1. O Adjudicatário responde, nos termos da lei geral aplicável, por quaisquer prejuízos causados no exercício das atividades que constituam o objeto do Contrato, pela culpa ou pelo risco, não sendo assumido pelo contraente público qualquer tipo de responsabilidade neste âmbito.

2. O Adjudicatário responde ainda, nos termos gerais da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados pelas entidades por si contratadas para o desenvolvimento das atividades compreendidas no Contrato.

3. O Adjudicatário responde civilmente perante terceiros pelas ofensas dos direitos destes ou das disposições legais destinadas a proteger os seus interesses, resultantes de atos ilícitos culposamente praticados por parte dos seus colaboradores enquanto tal, gozando contra estes de direito de regresso.

Cláusula 7.ª

Níveis de serviço

1. O adjudicatário obriga-se a prestar ao contraente público os serviços objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente caderno de encargos.

2. Os serviços objeto do contrato devem ser prestados em perfeitas condições para os fins a que se destinam.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à prestação de serviços e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos serviços, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 441.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

4. O adjudicatário é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos bens e serviços objeto do contrato.

Cláusula 8.ª

Inspeção e Testes

1. Efetuada a prestação do serviço, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem ao definido nas cláusulas técnicas deste caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Durante a fase realização de inspeção e testes, o adjudicatário deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 9.ª

Resultado dos testes ou inspeções

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos, o contraente público deve de isso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que lhe for determinado pelo contraente público, aos serviços necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3. Após a realização dos serviços corretivos necessários pelo adjudicatário, o contraente público procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 10.ª

Aceitação dos serviços prestados

1. Caso os testes a que se refere a cláusula 8.ª do presente caderno de encargos comprovem a total execução do objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II do presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e do contraente público.

2. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos serviços objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II do presente caderno de encargos.

Cláusula 11.ª

Garantia na prestação de serviços

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à prestação de serviços e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os serviços objeto do contrato, durante a vigência do contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos na parte II do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da respetiva prestação do serviço.

2. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que o contraente público tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, esta deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva correção.

3. A correção prevista na presente cláusula deve ser realizada dentro de um prazo razoável fixado pelo contraente público e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do serviço e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 12.ª

Contratos de seguro

1. O adjudicatário obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente:
   a) Contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título,
   b) Contrato de seguro de responsabilidade civil.

2. O adjudicatário apresenta as apólices dos seguros sempre que tal lhe for exigido pelo contraente público.

Cláusula 13.ª

Outros encargos

1. Todos os encargos relativos à execução dos serviços contratados correm por conta do adjudicatário.
2. Constituem, ainda, encargos do adjudicatário, a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição de cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato.

Cláusula 14.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário e trabalhadores a indicar nos termos da cláusula 4.ª devem guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, relativa ao contraente público, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.

3. Excluem-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que fossem, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário e trabalhadores a indicar nos termos da cláusula 4.ª ou que estes sejam legalmente obrigados a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O adjudicatário e trabalhadores a indicar nos termos da cláusula 4.ª respondem perante o contraente público pela violação do dever de sigilo e pela quebra de confidencialidade dos documentos referidos no n.º 1.

Cláusula 15.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 16.ª

Preço Base

1. O preço base dos lotes do procedimento é de 55.774,91 € (cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e quatro euros e noventa e um cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e todas as despesas inerentes ao desembaraço, fiscalizações, entre outros.

3. O preço base constante no número 1 corresponde ao preço máximo que a contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

Cláusula 17.ª

Caução

1. Não é exigida caução nos termos do disposto nos termos da alínea a) do n.º 2 artigo 88.º do CCP.

Cláusula 18.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. O vencimento das obrigações referidas no número anterior, refere-se ao cumprimento integral do objeto do contrato e dos níveis de serviço exigidos no presente caderno de

encargos e demais obrigações técnicas e legais atribuíveis ao prestador do serviço, tendo por base uma periocidade mensal.

3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva fatura, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299.º do CCP.

4. Toda a faturação deve ser remetida para o endereço de correio eletrónico HFAR_APROVISIONAMENTO@HFAR.PT ou para a seguinte morada:

   Hospital das Forças Armadas
   Azinhaga dos Ulmeiros,
   1649-020 Lisboa.

5. Deve fazer parte do descritivo das faturas, o número do processo de despesa (NPD), o número do Pedido de Compra (PC) e respetivo compromisso orçamental, a descrição do processo e, caso haja lugar a contrato escrito, o número do contrato.

6. A omissão da informação descrita no número anterior incorre na devolução da fatura.

7. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve o contraente público comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo de 10 dias.

Cláusula 19.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Pelo incumprimento por um profissional indicado pelo prestador de serviços, dos horários estipulados para a realização da prestação de serviços, com desvio igual ou superior a 30 minutos do horário previsto, o HFAR deduzirá o montante correspondente ao preço a pagar pelos serviços no mês em que tiver ocorrido o incumprimento.
   b) Em caso de não comparência de um prestador, indicado pelo prestador de serviços, para a realização da prestação de serviços, sem pré-aviso, com antecedência mínima do início da realização da prestação de 24 horas, ao gestor do contrato ou responsável local por este designado, o HFAR deduzirá por cada dia o dobro do valor que teria de pagar ao prestador de serviços se o serviço fosse realizado, a título de penalização, no mês em que tiver ocorrido o incumprimento.
   c) Em caso de abandono de algum prestador, colocado pelo prestador de serviços, antes do termo do turno indicado, o HFAR deduzirá o triplo do valor total do turno que teria de pagar ao prestador de serviços caso o serviço tivesse sido realizado na sua totalidade, a título de penalização, no mês em que tiver ocorrido o incumprimento.

2. O valor acumulado das sanções aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato. Nos casos em que seja atingido este limite e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o mesmo é elevado para 30%, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária, cujo montante não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP.

4. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na prestação tenha determinado a respetiva resolução.

5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20.ª
Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se, como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, as seguintes situações: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, entre outras.
3. Não constituem força maior:
    a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
    b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
    c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo adjudicatário, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
    d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo adjudicatário, de normas legais;
    e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
    f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
    g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21.ª

Resolução de contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, pelo atraso, total ou parcial, na prestação do serviço objeto do contrato, superior a três meses ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada prestação de serviço excederá esse prazo, conforme estatuído no n.º 1 do artigo 448.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, conforme estatuído no n.º 2 do artigo 448.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário, conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 333.º do CCP.

4. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta, por parte do contraente público, com vista à justa indemnização por perdas e danos, eventualmente, sofridos com o incumprimento do contrato.

5. O contraente público pode ainda resolver o contrato, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, e mediante o pagamento ao adjudicatário de justa indemnização, nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP.

6. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pelo contraente público, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 318-A.º do CCP.

7. No caso do incumprimento previsto no número anterior aplicar-se-á o regime previsto relativamente à cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante, nos termos do artigo 318-A. º do CCP.

Cláusula 22.ª

Resolução de contrato por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações, conforme estipulado no n.º 1 do artigo 332.º do CCP:
   a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
   b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
   c) Incumprimento de obrigações pecuniárias, pelo contraente público, por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
   d) Exercício ilícito dos poderes tipificados especificados no CCP, no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

e) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, conforme estipulado no n.º 2 do artigo 332.º do CCP.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem conforme estipulado no n.º 3 do artigo 332.º do CCP.

4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar, conforme estipulado no n.º 4 do artigo 332.º do CCP.

5. Nos termos do artigo 449.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP, a resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 23.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do tribunal administrativo territorialmente competente, em função dos critérios legais vigentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 24.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização do contraente público, nos termos do CCP.

Cláusula 25.ª

Comunicações e notificações

1. Conforme estatuído no artigo 467.º do CCP, as notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2. Conforme estatuído no n.º 1 do artigo 468.º do CCP, todas as comunicações relativas à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Conforme estatuído no n.º 2 do artigo 468.º do CCP, na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

4. Para efeitos das comunicações previstas na presente cláusula, o adjudicatário deve disponibilizar, juntamente com os documentos de habilitação, os dados de contacto,

designadamente, o endereço eletrónico, o número de telecópia, o número de telefone e o endereço postal.

5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.ª

Deveres de colaboração recíproca e informação

1. Cada uma das partes está vinculada ao dever de informar de imediato a outra, sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé, sem prejuízo dos deveres de colaboração recíproca e informação, previstos nos artigos 289.º e 290.º, ambos do CCP.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar, de imediato, a outra, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que, previsivelmente impeçam o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que, previsivelmente, será afetada a execução do contrato.

Cláusula 27.ª

Contagem dos prazos

À contagem de prazos, durante a execução do contrato, são aplicáveis as normas contidas no artigo 471.º do CCP, sendo estes contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28.ª

Legislação aplicável

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato aplicam-se as normas do CCP e demais legislação aplicável.

PARTE II

Cláusulas Técnicas

Contrato de assistência técnica a equipamentos DRAGER

Objeto do contrato

Pretende-se a celebração de contrato de manutenção aos Monitores de Sinais Vitais, Centrais de Monitorização, Calhas e Pendentes, Estação de Anestesia Fabius e Ventiladores portáteis Oxylog 2000 da marca DRAGER.
Manutenção:

- Preventiva e Corretiva **com** peças:
  - Revisão **anual**:
    - Centrais de Monitorização.

- Preventiva e Corretiva **sem** peças:
  - Revisão **Anual:**
    - Calhas e Pendentes;
    - Ventiladores portáteis Oxylog 2000* (incluir kit manutenção anual).
    - Ventiladores e estações de Anestesia Perseus A500

- Preventiva:
  - Revisão **semestral**:
    - Estação de Anestesia Fabius (incluir kit manutenção anual).
  - Revisão **anual:**
    - Monitores de Sinais Vitais.
      - Infinity Delta e Gamma XL;
      - Drager/Siemens SC 7000*[1].
      - M540, C500 e S150
      - Infinity Delta XL
      - Vista 120*[2]

*1 EOS - Oxilog 2000, Fabius e MSV Drager / Siemens SC 7000 - (End of Service)
*2 Em Garantia até Março 2023
Os relatórios entregues devem ser individuais e apresentar o resultado de conformidade, deverão ainda conter a informação dos equipamentos de medida utilizados: marca, modelo, nº série, data e nº certificado de calibração.

Observações

Todos os trabalhos realizados deverão ser executados de acordo com a legislação em vigor, instruções do fabricante, e normas/recomendações europeias e internacionais aplicáveis.

Os relatórios/resultados dos testes de conformidade deverão ser entregues ou enviados para correio eletrónico do SIE (*hfar_sie@hfar.pt*).

Definir e enviar no início de cada ano o mapa das intervenções preventivas a realizar para correio eletrónico do SIE (*hfar_sie@hfar.pt*).

Deverá ser observado o determinado no documento "Requisitos do contrato de manutenção de equipamentos de electromedicina".

Todos os prazos e penalizações serão os previstos no documento referido anteriormente.

Listagem CAT 2023

Nº MAC	Designação	Marca	Modelo	Nº Série	HFAR	Localização
EMDAX049	Calha Unidade	Drager	Ponta		PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX050	Calha Unidade	Drager	Ponta		PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX051	Calha Unidade	Drager	Ponta		PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX557	Calha Unidade	Drager	Ponta		PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX558	Calha Unidade	Drager	Ponta		PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX171	Carro de Anestesia	Drager	Fabius	12421	PL	Gastrenterologia
EMDAX672	Carro de Anestesia	Drager	Fabius	11883	PL	Gastrenterologia
EMDG462	Central de Monitorização	Drager	ICS	12317M00432	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDG463	Central de Monitorização	Drager	ICS	12317M00418	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDAX1494	Estação de Anestesia	Drager	Perseus A500	aska 0043	PL	Bloco Operatório Central
EMDAX1495	Estação de Anestesia	Drager	Perseus A500	aska 0012	PL	Bloco Operatório Central
EMDAX1496	Estação de Anestesia	Drager	Perseus A500	aska 0036	PL	Bloco Operatório Central
EMDAX1606	Estação de Anestesia	Drager	Perseus A500	ASJK-0029	PL	Bloco Operatório Central
EMDAX1607	Estação de Anestesia	Drager	Perseus A500	ASJK-0019	PL	Bloco Operatório Central
EMDAX1608	Estação de Anestesia	Drager	Perseus A500	ASJK-0050	PL	Bloco Operatório Central
EMDDG1249	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009822866	PL	Dep. Médico - Ala A
EMDDG1250	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009849258	PL	Dep. Médico - Ala A
EMDDG1251	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009849454	PL	Medicina Nuclear
EMDDG1252	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009849855	PL	Dep. Médico - Ala B
EMDDG1253	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009851459	PL	Dep. Médico - Ala B
EMDDG1254	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009851576	PL	Dep. Médico - Ala B
EMDDG1255	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009851772	PL	Pneumologia
EMDDG1256	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009852174	PL	Dep. Cirúrgico - Ala A
EMDDG1257	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009854573	PL	Dep. Cirúrgico - Ala A
EMDDG1258	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009856767	PL	Dep. Cirúrgico - Ala B
EMDDG1259	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009856964	PL	Dep. Cirúrgico - Ala B
EMDDG1260	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009858961	PL	Urgência
EMDDG1261	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009859069	PL	Psiquiatria
EMDDG1262	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009860370	PL	Cardiologia
EMDDG1263	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Delta XL	6009860575	PL	Dep. Médico - Ala A
EMDDG167	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Gama XL	5515006577	PL	Dep. Médico - Ala B
EMDDG225	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Gama XL	5515008372	PL	Dep. Cirúrgico - Ala B
EMDDG228	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Gama XL	5515001184	PL	Dep. Cirúrgico - Ala B
EMDDG231	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Gama XL	5515920471	PL	Gastrenterologia
EMDDG236	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Gama XL	5516304876	PL	Gastrenterologia
EMDDG252	Monitor de Sinais Vitais	Drager/Siemens	SC 7000	5394408559	PL	Urgência
EMDDG253	Monitor de Sinais Vitais	Drager/Siemens	SC 7000	5394391451	PL	Urgência
EMDDG255	Monitor de Sinais Vitais	Drager/Siemens	SC 7000	5394448446	PL	Urgência
EMDDG256	Monitor de Sinais Vitais	Drager/Siemens	SC 7000	5394420260	PL	Urgência
EMDDG257	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Gama XL	5515919464	PL	Urgência
EMDDG300	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Gama XL	5515574470	PL	Dep. Médico - Ala B
EMDDG452	Monitor de Sinais Vitais	Drager	Infinity Gama XL	5515893571	PL	Urgência
EMDDG453	Monitor de Sinais Vitais	Drager/Siemens	SC 7000	5394283759	PL	Dep. Médico - Ala A
EMDDG454	Monitor de Sinais Vitais	Drager/Siemens	SC 7000	5393936347	PL	Hemodiálise
EMDDG455	Monitor de Sinais Vitais	Drager/Siemens	SC 7000	5393725753	PL	Hemodiálise
EMDDG456	Monitor de Sinais Vitais	Drager/Siemens	SC 7000	5394208062	PL	Hosp. Dia Oncologia

Serviço de Instalações e Equipamentos

20/09/2022

1

Listagem CAT 2023

EMDDG457	Monitor de Sinais Vitais	Dräger/Siemens	SC 7000	5394214857	PL	Urgência
EMDDG459	Monitor de Sinais Vitais	Dräger/Siemens	SC 7000	5393697150	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDDG564	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Infinity Delta	6006312975	PL	Bloco Operat Ambulat Cir Pias
EMDDG555	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Infinity Delta	6006307081	PL	Gastrenterologia
EMDDG556	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Infinity Gama XL	5516352681	PL	Gastrenterologia
EMDDG557	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Infinity Gama XL	5516351379	PL	Gastrenterologia
EMDDG558	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Infinity Gama XL	5515461182	PL	Patologia do Sono
EMDDG559	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Infinity Gama XL	5515502379	PL	Patologia do Sono
EMDDG1504	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 C	s2anc0541	PL	Dep. Médico - Ala A
EMDDG1505	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 C	s2anc0530	PL	Dep. Cirurgico - Ala A
EMDDG1506	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 C	s2anc0535	PL	Dep. Cirurgico - Ala A
EMDDG1507	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 A	s1snc0439	PL	Ortopedia
EMDDG1508	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 A	s1snc0444	PL	CONSULTA ABERTA
EMDDG1509	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 A	s1snc0437	PL	Dep. Médico - Ala A
EMDDG1510	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 A	s1snc0183	PL	Dep. Médico - Ala A
EMDDG1511	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 A	s1snc0441	PL	Urgência
EMDDG1512	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 A	s1snc0451	PL	Urgência
EMDDG1513	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 A	s1snc0438	PL	Hemodiálise
EMDDG1514	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 A	s1snc0189	PL	Urgência
EMDDG1515	Monitor de Sinais Vitais	Dräger	Vista 120 A	s1snc0189	PL	Urgência
EMDDG1289	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	C500	412722089	PL	Bloco Operatório Central
EMDDG1290	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	C500	412722100	PL	Bloco Operatório Central
EMDDG1291	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	C500	412722099	PL	Bloco Operatório Central
EMDDG1292	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	S150	H16080478	PL	SIE - Manutenção
EMDDG1293	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	C500	429227028	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDDG1294	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	C500	427373008	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDDG1295	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	C500	427373014	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDDG1296	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	C500	427373002	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDDG1297	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	C500	427373001	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDDG1298	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	S150	H16080413	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1299	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	S150	H16080452	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1300	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	S150	H16080444	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1301	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	S150	H16080415	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1302	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	S150	H16080433	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1303	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	S150	H16080377	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1304	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	S150	H16080475	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1305	Monitor de Sinais Vitais (Cockpit)	Dräger	S150	H16080386	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1272	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613431573	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1273	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613429068	PL	SIE - Manutenção
EMDDG1274	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613427961	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1275	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613430574	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1276	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613429763	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1277	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613429859	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1278	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613431769	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1279	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613429186	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1280	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613428069	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1281	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613426287	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1282	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613258985	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos

Serviço de Instalações e Equipamentos 20/09/2022 2

Listagem CAT 2023

EMDDG1283	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613266671	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1284	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613266867	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1285	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5612507467	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1286	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5612527570	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1287	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5612519169	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDDG1288	Monitor de Sinais Vitais Portátil	Dräger	M540	5613263968	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDAX1481	Monitor do ventilador de turbina perseus	Dräger	Perseus A500	5612519169	PL	Bloco Operatório Central
EMDAX1482	Monitor do ventilador de turbina perseus	Dräger	Perseus A500	5612507467	PL	Bloco Operatório Central
EMDAX1483	Monitor do ventilador de turbina perseus	Dräger	Perseus A500	5612527570	PL	Bloco Operatório Central
EMDDG2262	Monitor ICS	Dräger	PC 22012R	13822WPDF0041	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDDG461	Monitor ICS	Dräger	PC 22012R	13822WPDF0005	PL	Unidade de Cuidados Pós Anestésicos
EMDAX542	Pendente	Dräger	Ponta S/E 1B	ARRF-0018	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX544	Pendente	Dräger	Ponta S/E 1B	ARRF-0014	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX545	Pendente	Dräger	Ponta S/E 1B	ARRF-0019	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX546	Pendente	Dräger	Ponta S/E 1B	ARRF-0017	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX547	Pendente	Dräger	Ponta S/E 1B	ARRF-0012	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX548	Pendente	Dräger	Ponta S/E 1B	ARRF-0016	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX549	Pendente	Dräger	Ponta S/E 1B	ARRF-0013	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX563	Pendente	Dräger	Ponta ARLN-0025	5975837	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX564	Pendente	Dräger	Ponta ARLN-0025	5949837	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX543	Pendente	Dräger	Ponta S/E 1B	ARRF-0015	PL	Unidade de Cuidados Intensivos
EMDAX411	Ventilador Portátil	Dräger	Oxilog 2000	SRSM-0092	PL	Urgência
EMDAX462	Ventilador Portátil	Dräger	Oxilog 2000	ARRH-0081	PL	Urgência

Total de equipamentos listados: 117

20/09/2022

Serviço de Instalações e Equipamentos